

Resumo: Depois de lembrar que a *Dei Verbum* foi recentemente comentada pela Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, de Bento XVI, o autor desenvolve seu tema em cinco pontos: 1. A qualificação dogmática da Constituição *Dei Verbum*; 2. A relação entre Bíblia e Teologia; 3. A verdade da Escritura, ou seja, sua “inerrância”; 4. A interpretação da Bíblia “no Espírito”; 5. A possibilidade de alargamento da *Dei Verbum* no *Nostra Aetate* e sua consequência no diálogo interreligioso.

Abstract: After remembering that *Dei Verbum* was recently commented by the post-synodal Apostolic Exhortation *Verbum Domini*, the author unfolds his subject in five points: 1. The dogmatic qualification of *Dei Verbum*; 2. The mutual relation between Bible and Theology; 3. The truth of the Sacred Scripture, or the question of its “inerrancy”; 4. The interpretation of the Bible “in the Spirit”; 5. The possibility of enlargement of *Dei Verbum* in *Nostra Aetate* and its consequences for the interreligious dialogue.

A Palavra de Deus no Vaticano II

*Ney Brasil Pereira**

* O autor, presbítero da arquidiocese de Florianópolis, é Mestre em Ciências Bíblicas e professor no ITESC desde 1973. Também, desde 2001, é membro da Pontifícia Comissão Bíblica.



Introdução

Começo, citando a perspicaz observação de Johan Konings, em artigo recente¹: “A Exortação pós-sinodal *Verbum Domini*, do papa Bento XVI, parece uma “releitura” da *Dei Verbum* do Vaticano II, pois é fruto de um sínodo pós-conciliar, convocado para ver a “recepção” e efeito do Concílio e para aprofundar a sua interpretação no novo contexto que se criou. Como o Concílio quis dialogar com a Modernidade, o pós-Concílio tem de dialogar com a Pós-Modernidade. Continua Konings: “Um dos acentos do sínodo de 2008 e da *Verbum Domini* é a dimensão hermenêutica da leitura bíblica (VD 57-97). A *Dei Verbum* do concílio Vaticano II, embora mencionando essa dimensão (DV 12-13), considerou sobretudo o estudo histórico-crítico da Bíblia (na linha, aliás, da *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII, que lhe abriu o caminho vinte anos antes). Já o sínodo de 2008 e a *Verbum Domini*, no contexto da proliferação do ceticismo por um lado e do fundamentalismo por outro, insistem mais no sentido aberto do texto bíblico, que chamaremos de ‘sentido hermenêutico’: ‘Que é que a Bíblia me/nos diz? Qual a mensagem que apresenta hoje?’”².

Focalizando agora o título deste artigo, “*A Palavra de Deus no Vaticano II*”, advirto que não é minha atenção entendê-lo de forma abrangente, p. ex., abordando o uso dos textos bíblicos nas quatro Constituições Dogmáticas, nos nove Decretos e nas três Declarações, que totalizam os 16 documentos do Concílio. Nada, portanto, de estatística dos textos ou de avaliação da argumentação bíblica dos Padres Conciliares. Vou, de fato, cingir-me a algumas reflexões sobre a própria “*Dei Verbum*”, aproveitando um estudo do meu venerado professor de Escritos Joaninos no Pontifício Instituto Bíblico, o Pe. Ignace De la Potterie SJ, na obra coletiva “*Exegese Cristã Hoje*”, publicada na Itália em 1991³, portanto, 20 anos atrás, mas relativamente atual. Digo “relativamente”, porque, em nossa época frenética, 20 anos é bastante tempo. Título do estudo: “*O Concílio Vaticano II e a Bíblia*”⁴. O autor adverte que sua intenção é

¹ KONINGS, J., “A *Verbum Domini* e a hermenêutica bíblica”, in “Encontros Teológicos”, ITESC, Florianópolis, n. 59 (2-11/2), pp. 27-42.

² Id. *Ibid.*, p. 28.

³ VV.AA. “*L’Esegesi Cristiana oggi*”, Ed. Piemme, Casale Monferrato, 1991, traduzida em português com o título “*Exegese Cristã Hoje*”, ed. Vozes, Petrópolis, 1996, 326 p. Nessa obra, DE LA POTTERIE contribui com dois estudos: “O Concílio Vaticano e a Bíblia” (pp. 23-52), e “A Exegese Bíblica – ciência da fé” (pp. 141-187).

⁴ Edição brasileira cit., pp. 23-52.



sobretudo “precisar quanto a DV contém de verdadeiramente novo em relação aos documentos precedentes do Magistério sobre a Escritura”⁵, especialmente em relação à libertadora encíclica de Pio XII, a *Divino Afflante Spiritu*, de 1943. A propósito, citando o teólogo italiano Dianich, De La Potterie se afirma “convicto de que, definitivamente, o coração do Concílio está nisto: abordou diretamente o problema da interpretação da fé... isto é, recolocou em movimento o processo da exigência hermenêutica.”⁶ Quer dizer, a questão não é mais saber se é legítimo para os católicos fazer uso da exegese científica (foi a luta dos anos 40), e sim, como fazer para que a exegese científica, na teologia, não deixe de ser também *teológica*, isto é, uma ciência da fé. O problema de fundo é o da interpretação, da hermenêutica, do significado da Escritura para o homem e a mulher de hoje, para os crentes, para a Igreja. Essa insistência na ligação entre Escritura e Igreja é, segundo De La Potterie, o “valor principal” da *Dei Verbum*.

1 Uma constituição dogmática

Vejamos, pois, a *Dei Verbum*. Nesse documento conciliar, a Bíblia não é tratada por si mesma, mas está inserida num contexto diretamente teológico e doutrinal: o da revelação divina. O próprio título, extraído do início da primeira frase do documento, não indica diretamente a Palavra de Deus *escrita*, mas a divina Revelação, manifestada e plenificada em Cristo. Assim, após um primeiro capítulo sobre a Revelação, e um segundo sobre a sua transmissão, por meio da Tradição e da Escritura, a Constituição começa a falar da Bíblia nos quatro capítulos seguintes, mas agora numa perspectiva mais ampla, a da história da salvação⁷. Pelo contrário, nas três grandes encíclicas bíblicas precedentes, desde a *Providentissimus*, de Leão XIII (1893), até a *Divino Afflante*, de Pio XII (1943), a Bíblia era considerada em si mesma, ou ainda na sua relação dialética com os erros da época.

Assim, na *Providentissimus*, Leão XIII dedicava apenas poucas frases, na introdução, ao tema da revelação (EB 81), mas indicava desde o início seu objetivo preciso, o de recomendar o estudo da Sagrada Escritura sobretudo diante do perigo maior na época, o racionalismo

⁵ DE LA POTTERIE, *ibid.*, p. 24.

⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 25.

⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 27.



(EB 100); a tonalidade do conjunto era de tom apologético. A *Spiritus Paraclitus*, de Bento XV, 1920, no 15º centenário da morte de São Jerônimo, foi uma encíclica de caráter mais pastoral, porém mantinha a orientação apologética e polêmica com respeito à posição daqueles que desejavam, de qualquer modo, limitar a inerrância bíblica (EB 453-455). Esse problema retornou no Vaticano II, sobretudo no início, levantando ásperas discussões. A *Divino Afflante*, de Pio XII, 1943, é uma encíclica “audaciosa”, pelo fato de que não apenas permite, mas oficialmente prescreve aos exegetas católicos utilizarem os métodos críticos no estudo da Bíblia, especialmente distinguindo os gêneros literários, além de os advertir contra “a interpretação que alguns denominam espiritual e mística” (EB 552), advertência que retornou na *Humani Generis*, de 1950 (DS 3888). Essa advertência, aliás, parece estranha hoje, quando se pensa na revalorização da exegese dos Pais da Igreja pelos estudos, p.ex. de De Lubac e Daniélou, mas na época suscitou controvérsias em relação aos “sentidos” da Escritura. Ainda quanto à *Divino Afflante*, De la Potterie observa que, “salvo o título, a Encíclica praticamente não fala do Espírito Santo e do que implica a inspiração para a interpretação da Bíblia”⁸. Não se encontra ainda aquele amplo horizonte teológico que deveria abrir-se com o Vaticano II, um Concílio que não quis mais enfrentar os erros do tempo, mas que procurou apresentar positivamente a fé católica, na ótica da história da salvação.

Outra diferença entre a *Dei Verbum* e os documentos precedentes está na maneira nova de considerar as relações entre Magistério e Escritura. Anteriormente, o Magistério apresentava-se como guia e juiz, de certo modo absoluto, em matéria de interpretação da Bíblia, como o demonstram, p. ex., as intervenções da Pontifícia Comissão Bíblica, criada por Leão XIII quase no final do seu pontificado, em 1902. A *Dei Verbum* mantém esse ensinamento, evidentemente, mas com outro espírito. Reconhece, p.ex., no final do n. 12, o “dever dos exegetas de esforçar-se para expor com maior aprofundamento o sentido da Sagrada Escritura, a fim de que, por seu trabalho *como que preparatório* – note-se essa expressão – amadureça o julgamento da Igreja. Pois todas estas coisas que concernem à maneira de interpretar a Escritura, estão sujeitas *em última instância* ao juízo da Igreja, que exerce o divino mandato e ministério de guardar e interpretar a palavra de Deus.” Notar, ainda, sobre o Magistério, o que se diz no n. 10: “Tal Magistério evidentemente não

⁸ Id., *ibid.* p. 29.



está acima da Palavra de Deus mas a seu serviço, não ensinando senão o que foi transmitido, oralmente ou por escrito.” No final desse mesmo n. 10, fala-se do “tripé” sobre o qual se apóia a fé da Igreja: “Segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal maneira entrelaçados e unidos, que um não tem consistência sem os outros e que, juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação”.

2 Bíblia e Teologia

Do último capítulo da *Dei Verbum*, o cap. VI, escreveu Lohfink que “é o capítulo mais importante e transcendental para o futuro”⁹. Nesse capítulo, o n. 24 utiliza três imagens para expressar a relação entre a Palavra de Deus, escrita e oral, e a Teologia: a Palavra deve ser o “fundamento”, a “força perene de renovação” e, enfim, como que “a alma” da Teologia. A imagem do “*fundamento*” vem, naturalmente, de São Paulo, que, na primeira carta aos Coríntios, identifica esse “fundamento” com o próprio Cristo (1Cor 3,10-11), chave e síntese de toda a Escritura. Esse princípio, comenta De la Potterie, “opõe-se a certo tipo de dogmatismo pós-tridentino, que se havia afastado muito do texto bíblico”¹⁰. Quanto à “força de renovação” que é a Escritura em relação à Teologia, a imagem bíblica que ocorre é a da “água viva”, água corrente, segundo Jo 4,10-14. A propósito, Clemente Alexandrino, falando da vida dos filhos de Deus, diz que ela permanece sempre jovem exatamente por causa da água viva da Verdade¹¹, cuja fonte se encontra na Escritura e, concretamente, no próprio Cristo, *de cujo seio vão jorrar rios de água viva* (cf Jo 7,38).

Quanto à expressão, de certo modo revolucionária, do estudo da Escritura como a “alma da Teologia”, nós já a encontramos na *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (EB 114), que provavelmente a retoma do prefácio da Introdução do jesuíta alemão, Pe. R. Cornely, ao seu monumental “*Cursus Scripturae Sacrae*”, de 1885¹². Por sua vez, Pe. Cornely informa que a expressão vem da “*Ratio Studiorum*” dos Jesuítas, publicada em 1687, na época da crítica bíblica de Spinoza (†1677) e do

⁹ LOHFINK, N., in “*Exégesis Bíblica y Teologia*”, p. 18.

¹⁰ DE LA POTTERIE, op.cit., p. 33.

¹¹ Cf. CLEMENTE ALEXANDRINO, *Pedagog. I*, 5, 20 (SC 70,147).

¹² Cf. DE LA POTTERIE, op.cit., p. 35.



católico Richard Simon (†1712), expressão retomada pela Companhia de Jesus em 1883, isto é, dois anos antes da “Introdução” do Pe. Cornely. Da *Providentissimus*, a expressão passou para a *Spiritus Paraclitus* e, finalmente para dois documentos do Vaticano II: a Constituição *Dei Verbum* (n. 24) e o Decreto *Optatam Totius* (n. 16).

Ainda quanto à expressão “alma da Teologia”, não se trata apenas de reconhecer a preeminência da Escritura, p. ex., fazendo rigorosamente a exegese científica. Como o observa De La Potterie¹³, o convite a “perscrutar, à luz da fé, toda a verdade encerrada no mistério de Cristo”, vale não só para os teólogos como também para os exegetas. Somente nessa condição, a interpretação exegetica da Bíblia poderá tornar-se a “alma da Teologia”, porque exegeta e teólogo possuem, em última análise, o mesmo objeto formal: investigar a verdade de Cristo. Em suma, “porque exegese bíblica é a *interpretação* da Escritura, o exegeta verdadeiro não é somente um filólogo ou historiador, mas deverá também ser um crente e um teólogo”¹⁴. De fato, o verdadeiro objeto da interpretação da Escritura pertence ao nível do mistério da fé; não é, portanto, apenas o âmbito da pesquisa histórico-crítica. Esse, aliás, foi o sentido da intervenção escrita de Bento XVI no Sínodo de 2008, alertando para o seguinte: “Somente quando se observam os dois níveis metodológicos, o histórico-crítico e o teológico, é que se pode falar de uma exegese teológica, isto é, uma exegese adequada à Escritura”¹⁵.

3 A Verdade da Escritura

Afinal, qual é a “verdade” da Escritura? Após discussões acirradas, que convergiram no consenso apenas na última sessão do Concílio, os Padres conciliares chegaram a esta formulação: “... os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro, a *verdade* que Deus, em vista de nossa salvação, quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras” (DV n. 11). São conhecidas as cinco etapas da elaboração do texto, desde o esquema I, pré-conciliar, até o esquema V, que foi promulgado em 18 de novembro de 1965. Todo o acento do esquema I se concentrava na inerrância absoluta da Bíblia, em qualquer matéria, religiosa ou profana, o que foi rejeitado na primeira Sessão, em 1962. O esquema

¹³ Id., *ibid.*, p. 38.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ BENTO XVI, Exortação Pós-sinodal “*Verbum Domini*” (2010), n. 34.



III expressou-se de forma positiva sobre o conteúdo da Escritura: “Os livros bíblicos... contêm a verdade sem nenhum erro”. Mas o esquema IV deu a virada decisiva quando acrescentou o adjetivo “salutar”: “Os livros bíblicos... contêm sem erro a *verdade salutar*.” Essa expressão fora usada pelo concílio de Trento (DS 1501) e já constava no n. 7 da própria *Dei Verbum*, na passagem que fala do Evangelho como “fonte de toda verdade salutar e de toda regra moral”. Apesar disso, a fórmula provocou fortes reações, como observa De La Potterie: “Não se corria o risco talvez de introduzir novamente a teoria perigosa que restringia a inspiração e a inerrância somente aos assuntos religiosos e morais, aqueles ‘relativos à salvação’?”¹⁶ Para eliminar qualquer ambiguidade, o esquema V substituiu o adjetivo “salutar” por uma proposição relativa que menciona a intenção salvífica de Deus: trata-se, pois, da “verdade que Deus, em vista de nossa salvação, quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras” (DV n. 11).

Superava-se assim a “tradição concordista do século XIX”, quase exclusivamente dominada pelo postulado da inerrância absoluta da Bíblia, que atribuía a ausência de erro a *todas as afirmações* dos autores bíblicos. Esse postulado era devedor da noção grega e escolástica de “verdade” como conformidade entre a palavra e a realidade: *adaequatio intellectus et rei*. Também por esse motivo falava-se das “verdades” da fé no plural, no sentido mais conceitual de enunciações dogmáticas ou equivalentes. A propósito, na *Dei Verbum*, a palavra “verdade”, utilizada 13 vezes, é encontrada sempre no singular. Redescobriu-se a noção bíblica de “verdade” que, segundo Paulo e João, significa fundamentalmente a revelação que Deus faz do seu plano salvífico, revelação aliás concretizada em Jesus Cristo. Ainda De la Potterie: “Nesses textos da *Dei Verbum* sobre a verdade da Escritura, o Concílio libertou-se de uma concepção estritamente apologética, para elevar-se ao nível teológico do conjunto do documento, o da divina Revelação. A Escritura, portanto, contém a “verdade”, não no sentido científico de que todas as suas afirmações sejam exatas, mas porque ela nos transmite tudo quanto interessa à fé: o desenvolvimento, na história humana, do plano divino da salvação, ou seja, ela nos transmite a *revelação*. E essa revelação na história, esse significado dos acontecimentos, é o que conta para a fé do povo de Deus. Descobrir esse *significado* é, deveria ser, o objetivo da investigação dos exegetas, como aliás se explica no n. 12 a seguir (DV n.12).

¹⁶ DE LA POTTERIE, op. cit., p. 40.



4 A interpretação da Escritura “no Espírito”

Que quer dizer a *Dei Verbum* quando afirma que “a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada *no mesmo Espírito* em que foi escrita” (DV 12,3; cf. 2Pd 1,20-21)? De que interpretação se trata? A *Dei Verbum* o expõe em dois grandes parágrafos, no n. 12, após uma introdução que adverte sobre o “modo humano” como Deus nos fala: o primeiro, retoma, resumindo a *Divino Afflante*, as regras do método histórico-crítico; o segundo, indica em que condições a exegese será teológica e eclesial: deve ser “canônica”¹⁷, isto é, que leve em conta a totalidade do cânon, a saber, o conteúdo e a unidade de toda a Escritura, além da Tradição viva de toda a Igreja e a “analogia da fé” (cf Rm 12,6b). No esquema IV ainda não constava esse inciso da “interpretação no mesmo Espírito”, incluído só na última sessão do Concílio, no esquema V, como princípio geral de interpretação teológica. A fonte desse inciso encontra-se na *Spiritus Paraclitus* (EB 469), que alude a um texto de São Jerônimo, o qual por sua vez o havia recebido de Orígenes. A propósito, como afirma o Pe. Congar, “na Igreja nunca se deixou de afirmar que ninguém poderá compreender a Palavra de Deus sem aquele mesmo Espírito que a inspirou”¹⁸. De fato, o exegeta deverá em certo sentido colocar-se em comunhão com a fé e com a experiência espiritual do hagiógrafo. E isso porque, segundo Gregório Magno, “as palavras de Deus não podem ser compreendidas sem a sua sabedoria; porque, se alguém não recebeu o espírito de Deus, não poderá de modo algum entender as palavras de Deus”¹⁹. Aliás, esse princípio é um corolário imediato da inspiração da Escritura, na qual, na expressão de De Lubac, “o Espírito habita”²⁰. Como escreve Orígenes no *De Principiis*, “as Escrituras foram compostas sob a ação do Espírito de Deus; além do seu sentido óbvio, possuem um outro sentido que foge

¹⁷ “Canônica”, referente à exegese, é um adjetivo que aparece no documento da Pontifícia Comissão Bíblica de 1993, sobre a interpretação da Bíblia na Igreja. Era o centenário da encíclica *Providentissimus*, de Leão XIII. Nesse documento da Comissão Bíblica, o capítulo I trata dos “métodos e abordagens para a interpretação”. Entre as “abordagens”, a letra C dedica-se às “abordagens baseadas na Tradição”, a primeira das quais é justamente a “abordagem canônica”, isto é, a que leva em conta a totalidade do cânon.

¹⁸ Cf. a citação de CONGAR, com sua fonte, em DE LA POTTERIE, op. cit., p. 47.

¹⁹ Cf a citação de GREGÓRIO MAGNO, com sua fonte, também em DE LA POTTERIE, ibid.

²⁰ DE LUBAC, H., *Histoire et Esprit. Intelligence de l'Écriture d'après Origène*, Paris, 1950, p. 296.



aos demais, pois o que está escrito é, simultaneamente, a figura de certos mistérios e a imagem das realidades divinas”²¹.

Retornemos à *Dei Verbum*. Não padece dúvida o fato de que a “interpretação no Espírito” está ligada ao dogma da inspiração, pois se fala do “Espírito no qual foi escrita a Escritura”. Com as três normas teológicas da abordagem canônica, da tradição viva da Igreja e da analogia da fé (DV 12,3), é essa “interpretação no Espírito” que nos permite entender “o que Deus mesmo quis comunicar-nos” (DV 12,1); é ela que nos faz descobrir “a verdade que Deus, para nossa salvação, quis fosse consignada na Sagrada Escritura (DV 11,1); é ela, enfim, que nos faz perceber com clareza, como os Pais da Igreja o perceberam, que Cristo é o centro da Bíblia, como aliás o lemos no evangelho segundo João: “Examinai as Escrituras, pensando ter nelas a vida eterna. Ora, são elas que dão testemunho de mim” (Jo 10,39). A propósito, sirva de exemplo o célebre texto de Hugo de São Vítor, do séc. XII: “Toda a Escritura divina fala de Cristo, e toda a Escritura se cumpre em Cristo: afinal, é toda ela um único livro, o livro da vida”²². Pois bem, como constatou De Lubac, “um dos principais méritos da *Dei Verbum* é ter reconduzido tudo à unidade. Unidade do Revelador e do Revelado, Jesus Cristo, ‘autor e consumidor da nossa fé’ (Hb 12,2); unidade nele dos dois Testamentos; unidade da Escritura e da Tradição, que jamais se podem separar; unidade do Verbo, a Palavra de Deus, sob as duas formas com as quais se faz presente entre nós, na Escritura e na Eucaristia”²³.

Cito ainda DE LA POTTERIE, na conclusão do seu estudo de 20 anos atrás: “A *Dei Verbum* é um documento de imensa importância teológica. A ‘história da salvação’, da qual fala, não está no mesmo plano da história profana. A Revelação, descrita no seu cap. I, situa-se na história, mas não se identifica apenas com os eventos da história. A ‘verdade’ da Escritura, portanto, não é a sua *verdade* historiográfica, mais ou menos comprovada, mas é a *verdade da salvação*, encerrada no mistério do Cristo (DV 24), aquela que poderíamos chamar de ‘verdade interior do mistério’: é o valor de revelação que a história bíblica possui para a fé cristã. Ora, esta ‘verdade’ da Escritura não pode ser conseguida apenas com o método histórico-crítico; ela não pode ser compreendida a não ser

²¹ Cf. citação de ORÍGENES em DE LA POTTERIE, op. cit., p. 48.

²² Cf a citação de HUGO DE SÃO VÍTOR em DE LA POTTERIE, ibid., p. 50.

²³ DE LUBAC, H., *La Révélation Divine*, Paris, 1983, p. 174, cit. em DE LA POTTERIE, ibid., p. 50.



quando a Palavra de Deus é lida ‘no mesmo Espírito em que foi escrita’ (DV 12,3)”²⁴. Ora, é justamente para essa percepção que a *Dei Verbum* e, agora, a *Verbum Domini*, nos convidam.

5 Alargamento da *Dei Verbum* na *Nostra Aetate*?

Um dos muitos sinais de abertura ao mundo, no Vaticano II, foi sem dúvida o Decreto conciliar “*Nostra Aetate*”, sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs. Estas, segundo o Concílio, nesse documento, “esforçam-se de diversos modos por irem ao encontro da inquietação do espírito humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e regras de vida, como também ritos sagrados. A Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nessas religiões (...) que, não raro, refletem lampejos daquela Verdade que ilumina a todos os homens” (NA 2). Afirmção semelhante se encontra na *Lumen Gentium*: “Tudo o que de bom e verdadeiro se encontra entre eles – os não cristãos – a Igreja considera-o como uma “preparação evangélica”²⁵, dada por Aquele que ilumina todo homem, para que enfim tenha a vida” (LG 16).

Não seria lógico, então, que essa abertura se explicitasse mais claramente em relação aos livros sagrados dessas religiões, reconhecendo neles também a ação do Espírito Santo e, nesse sentido, o seu caráter também ou, de certo modo, “inspirado”? Isto seria, parece-me, o “alargamento” da *Dei Verbum*, ao qual me referi na pergunta acima. Entretanto, esse passo não foi dado na *Nova Aetate*, e justamente essa hipótese é comentada e rejeitada na Declaração *Dominus Jesus*, da Congregação para a Doutrina da Fé, de 6-8-2000, 35 anos depois da *Dei Verbum*²⁶. Cito: “Existe também quem avance a hipótese do valor inspirado dos textos sagrados de outras religiões. Certamente deve admitir-se que alguns elementos presentes neles são de fato instrumentos, através dos quais, multidões de pessoas puderam, através dos séculos, e podem ainda hoje, alimentar e manter a sua relação religiosa com Deus. (...) A tradição da Igreja, porém, reserva o qualificativo de *textos inspirados* aos livros canônicos do Antigo e do Novo testamento, enquanto inspirados pelo Espírito Santo. Fiel a esta tradição, a Constituição Dogmática sobre a divina Revelação do Concílio Vaticano II ensina: “Com efeito, a Santa

²⁴ DE LA POTTERIE, *ibid.*, p. 51.

²⁵ EUSÉBIO de Cesareia, *Praeparatio Evangelica* 1,1.

²⁶ Declaração assinada pelo então Cardeal Ratzinger e aprovada por João Paulo II.



Mãe Igreja, por fé apostólica, tem como sagrados e canônicos os livros inteiros do Antigo e do Novo Testamento com todas as suas partes, porque escritos por inspiração do Espírito Santo, têm Deus por autor e, como tais, foram confiados à própria Igreja.” (DV 11). Tais livros “ensinam com firmeza, com fidelidade e sem erro, a verdade que Deus, por causa da nossa salvação, quis consignar nas Sagradas Letras” (DV 11)²⁷.

Agora, um questionamento. Mesmo sabendo, e crendo, que a inspiração escriturística é um carisma reservado aos livros canônicos, isto é, reconhecidos como “inspirados”, quem somos nós, como lembrou Pedro à comunidade de Jerusalém, ao comentar o acontecido na casa do pagão Cornélio (At 10,34-48), quem somos nós para impor limites à ação do Espírito? (cf. At 11,17) Nesse sentido, o “alargamento” a que me refiro não mina, absolutamente, o dogma da Inspiração, mas reconhece, humilde e alegremente, a sua abrangência maior, universal: *O Espírito do Senhor enche toda a terra e, abrangendo tudo, tem conhecimento de cada som* (Sb 1,7). Não é isso o que faz o inspirado Paulo, ao citar e assumir, no Areópago de Atenas, textos de poetas gregos (At 17,28)? E não enriqueceria essa perspectiva o diálogo interreligioso? Quanto ao perigo de confusão terminológica, que a Declaração *Dominus Jesus* quer com razão evitar, creio que não é difícil solucionar o problema, entendendo bem o conceito de “canônico”. Só assim reconheceremos, como Pedro, lembrado acima, que não podemos impor limites à ação do Espírito. Este, de fato, *sopra onde quer* (Jo 3,8).

Conclusão

Concluindo, cito o epílogo da *Dei Verbum* (DV 26): “Assim, pois, por meio da leitura e o estudo dos Livros Sagrados *seja difundida e glorificada a Palavra de Deus* (2Ts 3,1), e que o tesouro da Revelação confiado à Igreja cada vez mais encha os corações dos homens [e mulheres] do nosso tempo. Assim como a vida da Igreja se desenvolve pela assídua participação no mistério eucarístico, assim é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual de uma acrescida veneração pela Palavra de Deus, que *permanece para sempre* (Is 40,8; 1Pd 1,23-25).” Esses, os votos do Concílio Vaticano II, expressos quase 50 anos atrás. Realizaram-se? Aqui também, como para as realidades escatológicas, respondemos: Já, e ainda não. “Já”, porque é inegável o crescimento no

²⁷ *Dominus Jesus*, 8.



estudo e no amor da Palavra de Deus em nossa Igreja e em nossa pátria. E “ainda não”, pois ainda falta muito para que o Reino de Deus, isto é, a fraternidade humana vivida em seu nome, o maior fruto dessa Palavra, se torne concreta realidade entre nós e no mundo. Entretanto, por todos os esforços, por toda a pesquisa, por toda leitura orante, por tudo, seja Deus louvado. E Ele, que inspirou os autores sagrados a escreverem a Sua Palavra, e que inspira os exegetas bíblicos a aprofundar o seu sentido e a comentá-la, e inspira nossos Bispos a liderarem a “animação bíblica de toda a Pastoral”²⁸, Ele nos conceda a todos nós a graça maior de vivê-la. Porque é na prática, na vivência da Palavra, que encontraremos a Vida, como nos assegura o Senhor Jesus: *Faze isso, e terás a vida!* (Lc 10,28).

Endereço do Autor:

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br

²⁸ Título da Mensagem da CNBB em julho de 2010, por ocasião do XVI Congresso Eucarístico Nacional em Brasília.